

SUELY CALDAS

O Estado e o mercado no governo FH

13 ABR 1997



Debate sobre privatização divide equipe em dois grupos: liberal e intervencionista

Começa a ganhar força no governo a idéia de negar ao *mercado* o papel de senhor absoluto da razão, origem e agente das grandes, livres e sábias decisões que definirão os rumos da economia e o destino dos brasileiros. Aquela concepção de que ao *Estado* cabe cuidar das questões sociais, definir marcos regulatórios e deixar a economia mover-se livremente dentro deles, segundo as leis e demandas do *mercado*, começa a ser substituída pela ação intervencionista do governo, induzindo decisões de investimento, direcionando iniciativas do setor privado, enfim, assumindo responsabilidades que os críticos do neoliberalismo julgavam abolidas no governo FH. Surpreendentemente, essa mudança — de caráter ideológico — vem se processando com um mínimo de conflito dentro do governo. Pelo menos aparentemente.

Há, entre os economistas que assessoraram FH, duas correntes de pensamento que já se chocaram mais aguerridamente no passado e hoje, se não convergem, pelo menos mantêm atitude de compreensão e tolerância ao se enfrentarem. As duas reconhecem falhas e acertos em suas idéias. Estão longe de caminhar em harmonia, de mãos dadas, unidas. Nem é esse o caso — a divergência enriquece e a unanimidade sufoca idéias. Em mais de dois anos de convívio, porém, os dois grupos começam a ouvir e avaliar argumentos de um e outro.

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Lopes,

costuma chamar os dois grupos de fiscalistas (dão prioridade à estabilidade econômica e ao ataque ao déficit fiscal) e desenvolvimentistas (defendem o crescimento da economia, mesmo arriscando a volta da inflação). Mas caberia uma segunda classificação: liberais e intervencionistas. Fazem parte do primeiro grupo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e os diretores do Banco Central. Do outro, os ministros Sérgio Motta e Antônio Kandir e os irmãos Mendonça de Barros. Enquanto Chico Lopes e José Roberto Mendonça de Barros são os pontos de equilíbrio no conjunto todo, Sérgio Motta e Gustavo Franco expõem posições mais guerreiras.

Na semana passada, o governo optou por duas decisões que, à primeira vista, indicariam enfraquecimento do grupo de Malan. A primeira delas foi o anúncio de redução da tarifa de importação para componentes de telecomunicações e uma política setorial de crédito de custo baixo para estimular o investimento industrial desse setor. Esse anúncio ganhou do presidente FH o batismo de política industrial, liquidando com aquela sentença — “a melhor política industrial é não ter política industrial” — muito ouvida do grupo de Malan no início do governo. A segunda decisão — a criação de restrições de prazos nos créditos de importação — chegou a gerar comentários maledicentes de que Gustavo Franco teria sido obrigado a concebê-la. Do contrário deixaria o cargo.

Franco desmente com indignação, assume a paternidade da idéia e até a comemora ao lembrar que (“felizmente”) ela não foi confundida com protecionismo.

Passados dois anos de governo, hoje não é mais a formulação de uma política industrial que assusta os aliados de Malan. Não querem é que o crescimento das importações e o déficit da balança comercial sirvam de pretexto para uma viagem de volta ao passado de barreiras protecionistas das décadas de 70/80. Certamente camufladas de modernidade. O presidente do BNDES, Luís Carlos Mendonça de Barros, entusiasta das políticas setoriais condenadas por Gustavo Franco, garante que no caso de telecomunicações não haverá nenhum protecionismo, nem explícito nem camouflado. Proteção haveria se reduzisse a zero a alíquota de importação de componentes e elevasse a do produto final. E isso não vai ocorrer, garante Mendonça de Barros. “O objetivo é atrair o investimento, fabricar aqui o que até agora é importado e para isso tenho de oferecer ao investidor isenção da tarifa de componentes e crédito favorável, mas as condições de concorrência entre produto nacional e importado serão iguais”, promete.

Se assim é, os dois grupos cederam. Malan e companheiros já admitem a intervenção do *Estado* para direcionar investimento e não o deixar navegar ao sabor do *mercado*. Afinal, são algumas dezenas de bilhões de dólares que podem ser investidos e criar empregos no Brasil. Mas o outro grupo também mudou: mesmo sem perder a adrenalina verbal, o ministro Sérgio Motta, finalmente, parou de falar em desvalorização cambial. E, depois da proteção ta-

rifária dada a automóveis e alguns eletrônicos, os intervencionistas desistiram de propor barreiras de importação e crédito subsidiado — que alimentaram o processo de substituição de importações das décadas de 70/80 — para expandir a produção interna.

Hoje o que mais divide os dois grupos — e aí a discussão sobrevém muitos decibéis — é a polêmica aplicação dos recursos da privatização. A solução dada para o dinheiro da venda da Cia. Vale do Rio Doce foi salomônica: metade vai reduzir o estoque da dívida pública (ponto para Malan) e a outra metade vai financiar projetos de infra-estrutura e, ao mesmo tempo, liquidar parte de um velho rombo — o FCVS (ponto para os dois grupos). Não há ainda, porém, definição para os R\$ 6 bilhões que serão arrecadados com a banda B da telefonia celular. Sérgio Motta já deu seu veredito: 50% financiam investimento e 50% serão aplicados em projetos sociais. Obviamente o grupo de Malan jamais vai concordar com esse rateio. E o ministro das Comunicações sabe que pagar a dívida interna significa progresso na redução do déficit público, queda na taxa de juros, atração de investimento estrangeiro, crescimento da poupança interna, enfim, produz efeitos sobre toda a economia.

O presidente da República já avisou ao ministro Sérgio Motta que não lhe cabe definir a aplicação dos recursos. É claro que essa é uma decisão de governo, e não de um ministro. E, como dificilmente haverá uma solução conciliadora, FH vai arbitrar. Nesse caso, ele será mais intervencionista do que liberal...

■ Sueley Caldas é jornalista